



RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014

EXECUTIVO

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL ( I )	2.999.633.422,49	-
Pessoal Ativo	2.308.922.134,70	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	620.729.798,31	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	69.981.489,48	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) ( II )	127.561.109,90	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	32.680.749,00	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	89.391.393,53	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	5.488.967,37	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.872.072.312,59	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III + III b)		2.872.072.312,59
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL ( V )		5.808.701.513,67
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100		49,44%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <49,00%>		2.846.263.741,70
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <46,55%>		2.703.950.554,61
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <44,10%>		2.561.637.367,53

FONTE: SIAFEM/AL, DIECON, 15/dez/2014, 10h e 25m

Nota 1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/64.

Nota 2: Na Linha "Pessoal Inativo e Pensionista" está o aporte do Tesouro aos Fundos Financeiro e Militar, administrados pela Empresa AL Previdência. Os Inativos e Pensionistas com recursos vinculados estão fora do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Estado.

Nota 3: Republicação em virtude da despesa com o FGTS e multa pela rescisão de contrato de trabalho de empregados da CARHP - Cia de Administração de Recursos Humanos e Patrimoniais ter sido empenhada de forma equivocada em obrigações patronais. Tais despesas são de natureza indenizatória, e portanto, não são computadas para fins de limite, sendo incluídas na linha "Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária".

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL								
2014			2014			2015		
2º Quadrimestre			3º Quadrimestre			1º Quadrimestre		
Limite Máximo	% DTP	% Excedente	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite	% DTP	Redutor Residual	Limite	% DTP
(a)	(b)	(c) = (b-a)		(e) = (b-d)	(f)	(g) = (f-a)	(h) = (a)	(i)
49,00%	49,44%	0,44%	0,15%	49,30%	-	-	-	-

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

TEOTÔNIO VILELA FILHO  
Governador

MAURÍCIO ACIOLI TOLEDO  
Secretário de Estado da Fazenda

EPSON ACIOLI SILVEIRA  
Superintendente do Tesouro Estadual

RICARDO ANDRÉ DE HOLANDA LEITE  
Diretor Especial de Contabilidade  
CRC PE 017219/O-9

ROSA MARIA BARROS TENÓRIO  
Controladora Geral do Estado



RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	9.035.401.985,72	9.362.122.460,34	9.586.811.461,57	-
Dívida Mobiliária	160.866.519,85	166.122.645,40	166.122.645,40	-
Dívida Contratual	8.874.535.465,87	9.195.999.814,94	9.420.688.816,17	-
Interna	8.213.462.788,17	8.565.834.862,18	8.422.208.857,96	-
Externa	661.072.677,70	630.164.952,76	998.479.958,21	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-
DEDUÇÕES (II) <sup>1</sup>	1.036.985.489,82	1.277.421.145,46	1.330.442.293,68	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.460.870.941,51	1.607.329.049,37	1.780.029.902,13	-
Demais Haveres Financeiros	40.296.490,42	111.718.223,94	142.992.177,61	-
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	464.181.942,11	441.626.127,85	592.579.786,06	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	7.998.416.495,90	8.084.701.314,88	8.256.369.167,89	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	5.465.256.409,34	5.703.610.530,95	5.808.701.513,67	-
% DA DC SOBRE A RCL (I / RCL)	165,32%	164,14%	165,04%	0,00%
% DA DCL SOBRE A RCL (III / RCL)	146,35%	141,75%	142,14%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <200%>				11.617.403.027,34
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <180%>				10.455.662.724,61
<b>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</b>				
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	8.874.535.465,87	9.195.999.814,94	9.420.688.816,17	-
DÍVIDA DE PPP (V)	-	-	-	-
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	329.268.322,22	323.851.951,24	312.653.810,26	-
De Tributos	9.322.731,83	8.600.958,82	7.863.804,50	-
De Contribuições Sociais	288.079.282,32	285.960.070,63	279.255.715,12	-
Previdenciárias	288.079.282,32	285.960.070,63	279.255.715,12	-
Demais Contribuições Sociais	-	-	-	-
Do FGTS	31.866.308,07	29.290.921,79	25.534.290,64	-
Com Instituição Não Financeira	-	-	-	-
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	8.545.267.143,65	8.872.147.863,70	9.108.035.005,91	-
Interna	7.884.194.465,95	8.241.982.910,94	8.109.555.047,70	-
Externa	661.072.677,70	630.164.952,76	998.479.958,21	-
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	-	-	-	-
<b>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>				
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	236.574.878,90	236.791.581,16	236.791.581,16	-
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-	-
DEPÓSITOS	104.322.969,88	104.322.969,88	104.322.969,88	-
RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-	-

(Continua)

**TEOTÔNIO VILELA FILHO**  
Governador

**MAURÍCIO ACIOLI TOLEDO**  
Secretário de Estado da Fazenda

**EPSON ACIOLI SILVEIRA**  
Superintendente do Tesouro Estadual

**RICARDO ANDRÉ DE HOLANDA LEITE**  
Diretor Especial de Contabilidade  
CRC PE 017219/O-9

**ROSA MARIA BARROS TENÓRIO**  
Controladora Geral do Estado

(Continuação)

REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	-	-	-	-
Passivo Atuarial	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-
DEDUÇÕES (X) <sup>1</sup>	-	-	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
Demais Haveres Financeiros	-	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	-	-	-	-
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-	-	-	-

FONTE: SIAFEM/AL, DIESCON, 15/dez/2014, 10h e 25m

<sup>1</sup> Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta somada aos os Demais Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim, quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

Notas: 1 - Em Depósitos, o montante de R\$ 104.322.969,88 refere-se a valores provenientes das incorporações dos balanços da CARHP - Cia. de Administração de Recursos Humanos e Patrimoniais (R\$ 104.253.381,33) e SERVEAL - Serviços de Engenharia de Alagoas S.A. (R\$ 69.588,55). São passivos pendentes de ajustamentos de sua exigibilidade.

2 - Os Precatórios do Estado não estão incluídos na Dívida Consolidada, por estarmos aguardando definição da PGE quanto ao estoque ser de período de inscrição anterior ou posterior a 05/05/2000 - Ofício GSEF - Gabinete do Secretário da Fazenda - nº 956/2013.

3 - A Previdência do Estado passou a ser gerida pela empresa paraestatal AL Previdência, conforme Lei nº 7.114/2009.

4 - Em 2013, o Estado de Alagoas recebeu a título de operação de crédito do PROINVESTE junto ao BNDES o montante de R\$ 89.837.210,00, registrado no SIAFEM com a fonte 0152. Desse valor, R\$ 55.788.123,95 foi para reembolso de valores pagos da dívida do PEF2, sendo que, deste valor R\$ 26.977.358,56 foi referente ao período de fevereiro a dezembro de 2012 e R\$ 28.810.765,39 foi referente ao período de janeiro a novembro de 2013, e o saldo de R\$ 34.049.086,05 foi para amortização da dívida do PEF2, sendo que, deste valor R\$ 2.619.160,49 foi referente à parcela do mês de dezembro de 2013 e R\$ 31.429.925,88 foi referente à antecipação do período de janeiro a dezembro de 2014.

**TEOTÔNIO VILELA FILHO**  
Governador

**MAURÍCIO ACIOLI TOLEDO**  
Secretário de Estado da Fazenda

**EPSON ACIOLI SILVEIRA**  
Superintendente do Tesouro Estadual

**RICARDO ANDRÉ DE HOLANDA LEITE**  
Diretor Especial de Contabilidade  
CRC PE 017219/O-9

**ROSA MARIA BARROS TENÓRIO**  
Controladora Geral do Estado



RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, §1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)	-	-	-	-
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	-	-	-	-
Outras Garantias nos Termos da LRF <sup>1</sup>	-	-	-	-
INTERNAS (II)	-	-	-	-
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	-	-	-	-
Outras Garantias nos Termos da LRF <sup>1</sup>	-	-	-	-
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I+II)</b>	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	5.465.256.409,34	5.703.610.530,95	5.808.701.513,67	-
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <22,00%>	1.202.356.410,05	1.254.794.316,81	1.277.914.333,01	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <19,80%>	1.082.120.769,05	1.129.314.885,13	1.150.122.899,71	-

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)	-	-	-	-
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	-	-	-	-
Outras Garantias nos Termos da LRF <sup>1</sup>	-	-	-	-
INTERNAS (VI)	-	-	-	-
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	-	-	-	-
Outras Garantias nos Termos da LRF <sup>1</sup>	-	-	-	-
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V+VI)</b>	-	-	-	-

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE: SIAFEMAL, DIESCON, 15/dez/2014, 10h e 25m

<sup>1</sup> Inclui garantias concedidas por meio de Fundos.

**TEOTÔNIO VILELA FILHO**  
Governador

**MAURÍCIO ACIOLI TOLEDO**  
Secretário de Estado da Fazenda

**EPSON ACIOLI SILVEIRA**  
Superintendente do Tesouro Estadual

**RICARDO ANDRÉ DE HOLANDA LEITE**  
Diretor Especial de Contabilidade  
CRC PE 017219/O-9

**ROSA MARIA BARROS TENÓRIO**  
Controladora Geral do Estado



RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>367.307.145,78</b>	<b>523.903.419,22</b>
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	367.307.145,78	523.903.419,22
Interna	-	156.596.273,44
Abertura de Crédito	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Derivadas de PPP	-	-
Demais Aquisições Financiadas	-	-
Antecipação de Receita	-	-
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Demais Antecipações de Receita	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art 29, § 1º)	-	-
Outras Operações de Crédito	-	156.596.273,44
Externa	367.307.145,78	367.307.145,78
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	-	-
Parcelamento de Dívidas	-	-
De Tributos	-	-
De Contribuições Sociais	-	-
Previdenciárias	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-
Do FGTS	-	-
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	-	-
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	-	-
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	-	-
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	5.808.701.513,67	-
OPERAÇÕES VEDADAS	-	-
<b>Do Período de Referência (III)</b>	-	-
De Períodos Anteriores ao de Referência	-	-
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	<b>523.903.419,22</b>	<b>9,02%</b>
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	929.392.242,19	16,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	836.453.017,97	14,40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	406.609.105,96	7,00%
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>523.903.419,22</b>	<b>9,02%</b>

FONTE: SIAFEM/AL, DIESCON, 15/dez/2014, 10h e 25m

TEOTÔNIO VILELA FILHO  
Governador

MAURÍCIO ACIOLI TOLEDO  
Secretário de Estado da Fazenda

EPSON ACIOLI SILVEIRA  
Superintendente do Tesouro Estadual

RICARDO ANDRÉ DE HOLANDA LEITE  
Diretor Especial de Contabilidade  
CRC PE 017219/O-9

ROSA MARIA BARROS TENÓRIO  
Controladora Geral do Estado



RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014

**EXECUTIVO**

LRF, art. 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

<b>DESPESA COM PESSOAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Despesa Total com Pessoal - DTP	2.872.072.312,59	49,44%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49%	2.846.263.741,70	49,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55%	2.703.950.554,61	46,55%
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Dívida Consolidada Líquida	8.256.369.167,89	142,14%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	11.617.403.027,34	200,00%
<b>GARANTIAS DE VALORES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Total das Garantias Concedidas	-	0,00%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	1.277.914.333,01	22,00%
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Operações de Crédito Externas e Internas	523.903.419,22	9,02%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	929.392.242,19	16,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	406.609.105,96	7,00%
<b>RESTOS A PAGAR</b>	<b>INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO</b>	<b>DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)</b>
Valor Total	-	-

FONTE: SIAFEM/AL, DIESSCON, 15/dez/2014, 10h e 25m

**TEOTÔNIO VILELA FILHO**  
Governador

**MAURÍCIO ACIOLI TOLEDO**  
Secretário de Estado da Fazenda

**EPSON ACIOLI SILVEIRA**  
Superintendente do Tesouro Estadual

**RICARDO ANDRÉ DE HOLANDA LEITE**  
Diretor Especial de Contabilidade  
CRC PE 017219/O-9

**ROSA MARIA BARROS TENÓRIO**  
Controladora Geral do Estado